

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 45, de 2016

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 31.768.764,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Explicação da Ementa:

Crédito especial no valor de trinta e um milhões, setecentos e sessenta e oito mil, setecentos e sessenta e quatro reais, para inclusão no orçamento vigente das seguintes dotações orçamentárias: 825,86 mil reais em favor da Justiça Federal de Primeiro Grau, para obras nos Municípios de Sorocaba-SP, Juiz de Fora-MG e para Brasília-DF; 361,06 mil reais em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, para reforma e ampliação de edifício-sede em Manaus-AM; 3,27 milhões de reais em favor do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, para construção de cartório em Varzea Grande-MT; 235,20 mil Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, para obras nos Municípios de Catolé do Rocha, Boqueirão, Guarabira; 4,21 milhões de reais em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, para obras nos Municípios de Cascavel e Curitiba; 19 milhões de reais em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), para aquisição de fórum em Niterói-RJ; 1,47 milhão de reais em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC), para obras nos Municípios de Plácido Castro-AC e Rio Branco-AC; 1,1 milhão de reais em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN), para obra nno Município de Macau; 1,29 milhão de reais em favor do Ministério Público do Trabalho, para aquisição de terreno no Município de Campina Grande-PB e obra em Salvador-BA. Os recursos são provenientes de excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, no valor de dezenove milhões de reais; e da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias: 825,86 mil reais antes previstos para a Justiça Federal de Primeiro Grau (reformas de edifício em São Paulo-SP e Brasília-DF); 1,02 milhão de reais antes previstos para o Tribunal Superior Eleitoral (julgamento de causas e gestão administrativa); 21,60 mil reais antes programados para o Tribunal Regional Eleitoral do Acre (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes programados para o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes programados para o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes programados para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes programados para o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes programados para o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 7,37 mil reais antes programados para o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes programados para o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 96,20 milhões de reais antes programados para o Tribunal Regional Eleitoral do Amanhã (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 3,29 milhões de reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso (julgamento de causas e ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (julgamento de causas e ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes previstos para o Tribunal

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 45, de 2016

Regional Eleitoral do Pará (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 256,80 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (obra em cartório em Monteiro-PB); 1,64 milhão de reais previstos para o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos, e obras em Ponta Grossa-PR e Toledo-PR); 21,60 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 598,98 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos e edifício-sede no Rio de Janeiro-RJ); 21,60 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 21,60 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 741,60 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos e obra em Boa Vista-RR); 21,60 mil reais antes previstos para o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (ajuda de custo e auxílio-moradia de agentes públicos); 1,47 milhão de reais antes previstos para o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – Rondônia/Acre (apreciação de causas e construção de edifício-sede em Porto Velho-RO); 1,1 milhão de reais antes previstos para o Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (apreciação de causas e edifício-sede em Macau-RN); 1,29 milhão de reais antes programados para o Ministério Público do Trabalho (defesa do interesse público e edifício-sede em Campina Grande-PB).

Assunto: Orçamento Público - Crédito Adicional

Data de Leitura: 18/10/2016

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada pelo Plenário

Último local: -

Destino: À sanção

Último estado: 22/12/2016 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Matérias Relacionadas:

Requerimento (CN) nº 199 de 2016

Requerimento (CN) nº 200 de 2016

Despacho:

14/10/2016 (Despacho inicial)

null

Relatoria:

CMO - (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Relator(es):

Deputado Federal Assis Carvalho (encerrado em 17/11/2016 - Deliberação da matéria)

Despacho:**Análise - Tramitação sucessiva**

(CN-CMO) Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

TRAMITAÇÃO

10/02/2017 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Recebido e arquivado.

08/02/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 41, de 07/02/2017, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando, para os devidos fins, o incluso autógrafo, sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei nº 13.403, de 21 de dezembro de 2016. (fls. 161).

À COARQ.

03/02/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Encaminhado à publicação a Mensagem nº 687, de 2016, na origem, do Presidente da República, restituindo autógrafo do presente projeto de lei sancionado e transformado na Lei nº 13.403, de 21 de dezembro de 2016. À SEXPE, para envio de um exemplar do autógrafo do projeto de lei sancionado à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 284

03/02/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

26/12/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: À SLSF, a pedido.

22/12/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SANCIONADA. LEI 013.403 DE 2016. DOU (Diário Oficial da União) - 22/12/2016 - Seção I - pág. 00017 a 00026. Sancionada em 21/12/2016.

19/12/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

Ação: Remetido Ofício CN nº 596 de 19/12/2016, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN nº 151/2016, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 45/2016-CN (fls. 88 a 109).

19/12/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fls.57 a 87).

TRAMITAÇÃO

15/12/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Situação: APROVADO O SUBSTITUTIVO

Ação: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE À SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADA EM 15/12/2016 E PUBLICAÇÃO NO DCN DE 22/12/2016)

Encaminhados à publicação e aprovados os Requerimentos nºs 199 e 200, de 2016-CN, subscritos pela Liderança do Governo no Congresso Nacional, solicitando a dispensa de discussão e a votação em globo de PLNs constantes da Ordem do Dia, entre os quais, o presente projeto.

Aprovado o Substitutivo, nos termos do parecer da CMO, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Prejudicado o projeto.

À sanção.

Publicado no DCN Páginas 660-691

Publicado no DCN Páginas 86-89

Publicado no DCN Páginas 54

15/12/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: Ao Plenário.

14/12/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: Sessão de 14/12 cancelada. Matéria incluída na ordem do dia da sessão conjunta convocada para 15/12.

13/12/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluído na Ordem do Dia da sessão conjunta convocada para o dia 14/12, às 11 horas.

13/12/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: A sessão conjunta convocada para as 19 horas de hoje, 13/12/2016, foi cancelada.

08/12/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluído na Ordem do Dia das sessões conjuntas convocadas para os dias 13/12, às 19 horas e 14/12, às 11 horas.

06/12/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: A Sessão Conjunta convocada para 06/12/2016, às 11 horas, foi cancelada.

30/11/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluído na ordem do dia da sessão conjunta convocada para o dia 06/12/2016, às 11h.

TRAMITAÇÃO

30/11/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: A sessão conjunta convocada para hoje, 30 de novembro, às 10 horas, foi cancelada.
***** Retificado em 30/11/2016*****
Horário da convocação: 12h .

24/11/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluído na Ordem do Dia da sessão conjunta convocada para 30/11/2016, às 10h30.

23/11/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE AO DCN DE 24/11/2016). Encaminhado à publicação o Parecer nº 87/2016-CN, que conclui pela apresentação de Substitutivo ao Projeto.

Publicado no DCN Páginas 749-786

23/11/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários para publicação do parecer no Diário do Congresso Nacional.

23/11/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: À SLCN.

17/11/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Décima Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2016, APROVOU o Relatório do Deputado ASSIS CARVALHO, favorável ao Projeto de Lei nº 45/2016-CN, nos termos dos Substitutivo apresentado. Quanto às 2 (duas) emendas apresentadas, foram REJEITADAS.

14/11/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da reunião.

11/11/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido do Relator, Deputado Assis Carvalho, relatório com voto pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. Quanto às 2 (duas) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela REJEIÇÃO. Anexado às folhas de nºs 33 a 52 .

TRAMITAÇÃO

31/10/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE AO DCN DE 03/11/2016)

Publicadas em avulso eletrônico e no DCN de 03/11/2016 as Emendas nºs 1 e 2, oferecidas ao projeto.

Publicado no DCN Páginas 161-163

31/10/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários para publicação das emendas apresentadas ao projeto, no Diário do Congresso Nacional.

31/10/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Encerrado o prazo regimental, ao Projeto foram apresentadas 2 (duas) emendas. Anexado às folhas de nºs 30 a 32. À SLCN, para publicação das emendas.

27/10/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado Relator o Deputado Assis Carvalho. Juntada a designação à folha de nº 29.

18/10/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: MATÉRIA LIDA EM PLENÁRIO.

Ação: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE AO DCN DE 20/10/2016)

Encaminhada à publicação.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e está publicada em avulso eletrônico.

Calendário de tramitação (art. 112 da RCN 1/2006):

19/10/2016 Prazo para publicação de avulsos;

27/10/2016 Prazo para apresentação de emendas;

01/11/2016 Prazo para publicação de avulsos das emendas;

16/11/2016 Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

Publicado no DCN Páginas 611-638

17/10/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Ao plenário.

14/10/2016 SF-SEPRTL - Serviço de Protocolo Legislativo

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Este processo contém (27) vinte e sete folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLN 45/2016

Data: 14/10/2016

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 31.768.764,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Avulso inicial da matéria

Data: 18/10/2016

Autor: -

Local: Secretaria de Atas e Diários

Ação Legislativa: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE AO DCN DE 20/10/2016)

Encaminhada à publicação.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e está publicada em avulso eletrônico.

Calendário de tramitação (art. 112 da RCN 1/2006):

19/10/2016 Prazo para publicação de avulsos;

27/10/2016 Prazo para apresentação de emendas;

01/11/2016 Prazo para publicação de avulsos das emendas;

16/11/2016 Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

Descrição/Ementa: Avulso da Matéria

Avulso de emendas

Data: 31/10/2016

Autor: -

Local: Plenário do Congresso Nacional

Ação Legislativa: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE AO DCN DE 03/11/2016)

Publicadas em avulso eletrônico e no DCN de 03/11/2016 as Emendas nºs 1 e 2, oferecidas ao projeto.

Avulso de parecer

Data: 23/11/2016

Autor: -

Local: Secretaria de Atas e Diários

Ação Legislativa: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE AO DCN DE 24/11/2016). Encaminhado à publicação o Parecer nº 87/2016-CN, que conclui pela apresentação de Substitutivo ao Projeto.

Descrição/Ementa: Parecer nº 87 de 2016-CN

Autógrafo - PLN 45/2016

Data: 19/12/2016

Autor: -

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 596 de 19/12/2016, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN nº 151/2016, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 45/2016-CN (fls. 88 a 109).